



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Local: SECONT – Secretaria de Estado de Controle e Transparência

Data: 30 de março de 2012

Horário: 09h00 às 12h00

Participantes: **Angela Maria Soares Silveiras**, Secretária de Estado de Controle e Transparência – SECONT, Presidente do Conselho, presidiu a reunião; **Samir Furtado Nemer**, Subsecretário de Estado da Transparência e Secretário Executivo do Conselho; **Júlio César Miranda dos Santos**, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; **José Cláudio Rodrigues Pimenta**, representante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MPES; **Ricardo Tedoldi Machado**, representante suplente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ES; **Carlos Alberto Hansen**, representante suplente da Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES; **Edmar Moreira Camata**, representante suplente da ONG Transparência Capixaba; **Luciano Ferreira Santana**, representante suplente da FORÇA SINDICAL.

Conselheiros ausentes sem justificativa formalizada: **Gilmar Alves Batista**, representante da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES; **Margareth Vetis Zaganelli**, representante da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; **José Carlos Nunes da Silva**, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Emerson Rafael Cunha**, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; **Flávio Martins Costa**, representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; **De'Arles Ferreira da Silva**, representante da Central dos Trabalhadores no Brasil – CTB; **Abdo Gomes**, representante da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo – FAES; **Jorge Eloy Domingues da Silva**, representante da Associação dos Representantes de Bancos do Espírito Santo - ARBES; **Arthur Carlos Gerhardt Santos**, representante da ONG ES em Ação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Conselheiros ausentes justificadamente: **Heráclito Amâncio Pereira Júnior**, representante da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER; Pr. **Oliveira de Araújo**, representante do Conselho Estadual de Ética Pública; **Suzana Tatagiba**, representante do Sindicato dos Jornalistas; **Sandro Marcolano Perovano**, representantes da Federação das Empresas de Transportes do Estado do Espírito Santo – FETRANSPORTES.

O Conselheiro **Luis Felipe Vellozo de Sá**, representante do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, não pôde comparecer, tendo sido representado pela Auditora de Controle Externo **Monica Quinhones Araújo**; o Conselheiro **Guilherme Henrique Pereira**, representante da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP, também não pôde comparecer, tendo sido representado pela Gerente **Jussara Maria Chiappane.**; o Conselheiro **Rodrigo de Abreu Marques Judice**, representante da Procuradoria Geral do Estado – PGE, não pôde comparecer, tendo sido representado pelo Procurador do Estado **Iuri Carlyle Madruga**; o Conselheiro **José Lino Sepulcri**, representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo – FECOMÉRCIO, não pôde comparecer, tendo sido representado pelo Sr. **Sérgio Magalhães Campos**; o Conselheiro **Maurício César Duque**, representante da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, não pôde comparecer, tendo sido representado pelo Subsecretário **Silvio Henrique Brunoro Grillo**.

Convidados: **Antônio Irineu Gonring**, Auditor do Estado e Assessor Técnico da Subsecretaria de Estado da Transparência; **Aline Cesconetto Duarte Lima**, Assessora de Comunicação da Secretaria de Estado de Controle e Transparência; **Paulo Henrique Avidos Pelissari**, Auditor do Estado e Assessor Técnico da Secretaria; **Kamila Scheiane da Silva Pereira Felix**, Assessora da Subsecretaria de Estado da Transparência.



I - ABERTURA

Às 09h18min do dia 30 de março de 2012, no gabinete da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Estado do Espírito Santo, contando com a participação dos Conselheiros, representantes e convidados mencionados acima.

II – DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

1. Saudação Inicial

A Presidente do Conselho, **Angela Silvares**, iniciou a reunião saudando os membros e agradeceu a presença de todos.

2. Aprovação das Atas da 3ª Reunião Ordinária e da 1ª Extraordinária

Após a leitura das atas das reuniões passadas (3ª Ordinária – dia 13/12/2011 e 1ª Extraordinária – dia 24/01/2012), as mesmas foram aprovadas na íntegra.

3. Projeto de Lei Estadual de Sistema de Controle Interno (art. 8º - Rede de Controle Interno)

A Presidente do Conselho, **Angela Silvares**, informou que tramita na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ do Senado da República a PEC n.º 45/2009, de autoria do então Senador Renato Casagrande, que constitucionaliza a obrigatoriedade de controle interno para todas as instâncias do poder público. Essa Emenda define que as atribuições de Ouvidoria, Auditoria, Controladoria e Correição são macrofunções do Sistema de Controle Interno a serem incluídas no artigo 37, inciso XXIII, da Constituição Federal. Informou, ainda, que há um projeto de lei Estadual que cria o Sistema de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Controle Interno e, em seu art. 8º, prevê a instituição da Rede de Controle Interno. Referido projeto de lei encontra-se sob análise do Poder Judiciário Estadual, para posterior encaminhamento a Assembleia Legislativa pelo Governo do Estado.

Em seguida, o Conselheiro **José Cláudio Pimenta**, propôs que o controle interno seja organizado em uma carreira única de Auditores, cujo acesso deve se dar por meio de concurso público, que atuariam com independência funcional em relação aos gestores dos três Poderes e dos Órgãos Públicos Autônomos. Sugeriu, inclusive, instituir rodízio obrigatório destes Auditores nos vários locais de exercício da função. Propôs, ainda, a criação de um Colegiado com a representação de todos os poderes, como instância deliberativa. Argumentou que o trabalho do controle interno é muito importante e deve estar voltado para oferecer diretrizes técnicas a todos os órgãos governamentais.

A Sra. **Mônica Quinhones Araújo** apresentou ponderações quanto à possibilidade de ocorrer ingerência do Executivo em outros Poderes e nos Órgãos Públicos Autônomos e sugeriu a formação de um Consórcio entre as instâncias de poder, como solução a essa questão.

Após intenso debate, a Presidente do Conselho **Angela Silvaes** propôs a organização de um grupo de trabalho para tratar da proposta apresentada pelo Conselheiro **José Cláudio Pimenta**, tendo como participantes: Ministério Público Estadual – MPES; Procuradoria Geral do Estado – PGE (Coordenadora do GT); Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT; Tribunal de Contas do Estado – TCEES e ONG Transparência Capixaba.

A proposição foi acatada pelo colegiado e deliberado que após a realização dos estudos pelo Grupo de Trabalho, as conclusões serão apresentadas ao Conselho.

4. Ações do Estado para implantar a Lei de Acesso à Informação



A Presidente do Conselho, **Angela Silvaes**, discorreu sobre a formação do grupo executivo formado no âmbito do Governo do Estado para definir ações de implantação da Lei de Acesso à Informação, bem como para elaborar uma proposta de Lei Estadual. Após a explanação, propôs a apresentação do resultado parcial desse trabalho aos Conselheiros, em Reunião Extraordinária do Conselho, na data de 11/04/2012. Tendo sido a proposição acatada pelo colegiado.

5. Proposta de apresentação de Projeto de Lei “Ficha Limpa” para ocupantes de cargos comissionados e Diretores de entidades da sociedade civil que recebem recursos públicos (proposta da ONG Transparência Capixaba)

O Conselheiro **Edmar Moreira Camata** discorreu sobre a importância da proposta de elaboração do projeto de lei proposto ao Conselho.

A Presidente do Conselho **Angela Silvaes** informou que na Assembleia Legislativa do Espírito Santo há proposta de alteração do art. 32 da Constituição Estadual - CE, que trata de investidura em cargos públicos, e que também o art. 92 da CE poderia ser alterado com fins de ajustar-se à lei da Ficha Limpa. Disse ainda que a SECONT possui estudo sobre o tema e se comprometeu disponibilizá-lo aos Conselheiros.

Após, o colegiado do Conselho deliberou que na próxima reunião Ordinária o assunto seria discutido, levando-se em consideração o estudo realizado pela SECONT, para eventual elaboração do Projeto de Lei proposto pela ONG Transparência Capixaba.

6. Disponibilização de versão simplificada do novo Portal da Transparência do Estado para os municípios capixabas

O Secretário Executivo do Conselho **Samir Furtado Nemer** discorreu sobre os impedimentos tecnológicos para o fornecimento de um modelo de Portal da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Transparência simplificado aos Municípios, principalmente porque as bases de dados utilizadas pelas Administrações Públicas são diferentes umas das outras.

O conselheiro **Ricardo Tedoldi Machado** ressaltou que a disponibilização de um modelo de Portal da Transparência simplificado aos Municípios facilitaria o acesso dos cidadãos às informações públicas, uma vez que muitos Municípios do interior do Estado são carentes de tecnologia e recursos.

Como solução o Conselho deliberou que a equipe do Portal da Transparência da SECONT elaboraria um projeto padrão (Termo de Referência) para oferecer como referência aos Municípios, notadamente àqueles que dispõem de poucos recursos.

O conselheiro **José Cláudio Pimenta** assinalou que, com base no referido Termo de Referência a ser entregue aos Municípios, o MPES poderá cobrar dos mesmos a implantação dos Portais, conforme prazo estabelecido na LC n.º 131/2009.

III – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho **Angela Maria Soares Silveiras** agradeceu a presença de todos e deliberou sobre a data da 5ª Reunião Ordinária do Conselho, marcada para o dia 29/05/2012 às 9h00min, na sede da SECONT. Registrou mais uma vez sua satisfação pela presença de todos e em seguida encerrou a sessão.